

PROGRAMA DE ATIVIDADE ACADÊMICA CURRICULAR

CURSO DE MEDICINA DA UFMG

VERSÃO CURRICULAR 2024

Departamento Responsável: Anatomia Patológica e Medicina Legal

Data de aprovação pela Câmara Departamental: 08/11/2023

I. IDENTIFICAÇÃO DA AAC

Nome: Medicina Legal

Código: APM010

Carga horária: Total: 30 horas (Teórica: 30h). Créditos: 2.

Período do curso: 8º

Natureza: Obrigatória

Pré-requisitos: MED150

Número de vagas oferecidas/semestre: 160

II. EMENTA

Aspectos normativos da Medicina Legal e do Direito Penal. Documentos médico-legais, sigilo e responsabilidade médica. Tanatologia Forense. Traumatologia Forense e lesões corporais. Sexologia Forense. Tópicos em Medicina Legal e Pericial. Aspectos atuais da Medicina Legal.

III. OBJETIVOS

Habilitar o aluno a reconhecer aspectos periciais, médico-legais, éticos e bioéticos relacionados com o exercício profissional. Proporcionar conhecimentos sobre aspectos doutrinários da Medicina Legal. Capacitar o aluno para a interpretação médica, ética e jurídica do ato pericial. Familiarizar o aluno com o critério pericial médico-legal. Familiarizar o aluno com a reflexão sobre dilemas éticos e jurídicos propostos pelo exercício pericial. Familiarizar o aluno com a prática pericial.

IV. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

MÓDULO I

INTRODUÇÃO À MEDICINA LEGAL

Introdução à Medicina Legal e ao Direito Penal.

A atuação do médico perito.

Perícias e peritos. Corpo de delito e cadeia de custódia.

Normas éticas e processuais que regem a atividade pericial.

Documentos médicos, sigilo médico e responsabilidade profissional.

Declaração de Óbito.

TANATOLOGIA FORENSE

Tanatologia Forense: conceito e diagnóstico de morte.

Mortes natural, violenta e suspeita; causas jurídicas de óbito.

Cronotanatognose e fenômenos cadavéricos para a estimativa do intervalo *post mortem*.

MÓDULO II

TRAUMATOLOGIA FORENSE

Traumatologia Forense: causalidade do dano.

A perícia médico-legal de lesões corporais e o art. 129 do CP.

Aspectos gerais das energias causadoras de dano.

SEXOLOGIA FORENSE

Introdução à Sexologia Forense e crimes sexuais no Código Penal Brasileiro.

Provas periciais.

Violência contra a mulher e arcabouço normativo protetor da mulher vítima de violência.

Gravidez, parto e puerpério.

Aspectos médico-legais do aborto e do infanticídio.

V. METODOLOGIA DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Aspectos gerais

1. Para a maior efetividade das aulas teóricas, levar em conta, sempre:
 - a. os objetivos educacionais da disciplina e do tópico abordado em cada aula;
 - b. os conteúdos curriculares;
 - c. a normatização atualizada aplicável à matéria.
2. Considerar as competências pertinentes a cada aula.

Aulas teóricas

- a. Explorar o conteúdo de forma abrangente, concisa e atualizada;
- b. Utilizar ilustrações de grande apelo (gráficos, esquemas e imagens);
- c. Sempre que possível, chamar a atenção para os aspectos clínicos, éticos e jurídicos.

Discussão de casos clínicos e forenses

Escolher casos representativos do assunto abordado; sempre que possível, integrar conteúdos de outras competências e abordar a conduta ética a ser adotada.

Quanto à metodologia, estimular os alunos a identificar, interpretar e valorizar os achados das lesões, os aspectos diagnósticos e as consequências jurídicas do caso em análise.

Sintetizar o caso e orientar a forma de produção de um laudo pericial, reforçando as consequências jurídicas e os esclarecimentos a serem prestados pelo perito no caso concreto.

Seminários e trabalhos

Os alunos devem ser incentivados à discussão de casos concretos de grande repercussão social, frequentemente divulgados de forma atécnica na imprensa leiga, sob o prisma das Ciências Forenses.

Os alunos serão divididos em pequenos grupos e cada um receberá um caso clínico a ser pesquisado e apresentado aos colegas, por meio de seminário final da disciplina, com participação ativa, estabelecendo a conexão médico-jurídica no caso concreto.

Em atividade orientada pelos docentes, os alunos dividem-se em duplas e elaboram a criação de um caso clínico fictício, usando como base conhecimentos adquiridos nas demais disciplinas ofertadas pelo Departamento (Anatomia Patológica I e II) e outros conhecimentos médicos pertinentes. Elaboram anamnese, evolução clínica, relatam procedimentos e exames complementares realizados, até o óbito do paciente. Por fim, analisam a obrigatoriedade de exame necroscópico e elaboram a declaração de óbito, analisando o fluxo de encaminhamento do caso, se aos serviços médico-legais, ao Serviço de Verificação de Óbitos ou outros desfechos.

Propõe-se, dessa forma, a correlação e integração com conhecimentos adquiridos em outros núcleos de aprendizado.

VI. AVALIAÇÃO

Como a avaliação é parte integrante e indissociável do processo de ensino-aprendizagem, reconheceu-se que o APM, mesmo tendo avançado nos últimos anos na qualidade das avaliações, precisa aprimorar o processo, para que os objetivos educacionais sejam alcançados.

Regras gerais

1. Recomenda-se utilizar mais de uma forma de avaliação;
2. Em cada prova, colocar questões de pequena, média e grande dificuldade;
3. Uma boa questão deve maximizar a chance de um estudante que conhece o tema responder corretamente e minimizar a chance de um outro que não sabe o assunto;
4. Há várias formas de perguntas (abertas, fechadas, mistas etc.). As de múltipla escolha comportam vários tipos;
5. No enunciado de questões fechadas, evitar as palavras sempre, nunca, somente...
6. Nas de múltipla escolha:
 - a. Evitar as palavras sempre, nunca, somente...
 - b. Usar a mesma extensão do texto em cada alternativa
 - c. Cuidar para que o enunciado tenha concordância gramatical com as alternativas.
7. Em qualquer tipo de prova, buscar sempre o raciocínio, mais do que a simples memorização.

Sugestões para a disciplina Medicina Legal

1. Regra de ouro: privilegiar a aprendizagem significativa em lugar da simples memorização. Para isso, o/a professor precisa ter cuidado, motivação e interesse para elaborar boas questões;
2. Sempre considerar as competências já definidas. Só cobrar aquilo que tem pertinência com a boa formação médica contemporânea de um médico generalista;
3. Abordar os vários aspectos da Medicina Legal e de sua interface com as ciências jurídicas e a ética;

4. Em uma mesma prova, usar questões de múltipla escolha e dissertativas, com respostas curtas, em que o aluno precise elaborar raciocínio. O que o aluno escreve é o melhor discriminador de quem sabe e quem não sabe;
5. Usar imagens de casos concretos, lesões, necropsias, com perguntas que integrem competências úteis na prática médica;
6. Os casos clínicos devem ter vinhetas claras, concisas e que estimulem o raciocínio;
7. A correção deve ser cuidadosa e criteriosa. Na correção, o/a professor/a deve ficar convencido/a de que o aluno assimilou de fato conteúdo relevante e não simplesmente escreveu algo decorado.

Na disciplina Medicina Legal, será aplicado o sistema de 2 provas modulares, aplicadas ao final de cada um dos dois módulos, com valor de 35 pontos cada.

Há duas atividades complementares de 15 pontos cada, a serem escolhidas pelo docente a cada semestre entre: seminário de casos concretos, elaboração de caso clínico e declaração de óbito, atividade avaliativa de imagens e correlação médico-jurídica.

Prova substitutiva - Os alunos que faltarem no dia de prova deverão comunicar a ausência na secretaria do APM até o primeiro dia útil após a data da prova. A aplicação de atividade substitutiva poderá ocorrer nas seguintes situações: 1) Por motivo de doença: apresentar atestado médico do dia (laudo médico do Serviço de Perícia Médica - SAST - do Campus da Saúde; telefone de contato: 3409-9559), em até 48 horas após a data da prova; 2) Participação em eventos culturais ou técnico-científicos: o aluno deverá comunicar a ausência oficialmente à secretaria do APM antes do evento e apresentar documento comprobatório até 24 horas após o retorno; outras situações especiais poderão ser apreciadas pela coordenação e, eventualmente, aceitas como justificativa para a realização da prova.

Exame especial - terá direito ao exame especial o aluno não aprovado (pontuação mínima de 60 pontos) mas que obtiver nota igual ou superior a 40 pontos e for frequente na disciplina.

As provas modulares devem conter questões abertas e de múltipla escolha, contemplando aspectos teóricos e práticos, com figuras e outros recursos pedagógicos.

As questões abertas devem predominar e devem ser bem descritas, claras e com respostas objetivas.

As questões fechadas devem ser claras e objetivas, em formatos variados. É possível mesclar com perguntas abertas do tipo justifique sua resposta.

Devolutiva. Após cada prova modular deverá haver devolutiva, conforme o modelo que cada professor julgar mais apropriado.

A critério dos professores, poderá haver feedback.

BÁSICA

Medicina Legal. Genival Veloso de França, Ed. Guanabara-Koogan, 11ª edição, 2017.

Perícia Médica Judicial. Hermes Rodrigues de Alcântara, Ed. Guanabara-Koogan, 2ª ed., 2006.

Medicina Legal – Texto e atlas. Hygino de Carvalho Hercules. Editora Atheneu, 2ª edição, 2014.

COMPLEMENTAR

Atlas de Medicina Legal. Luiz Eduardo Toledo Avelar, Leonardo Santos Bordoni e Marcelo Mari de Castro. MedBook. 1ª edição. 2014.

Artigos Científicos de Periódicos disponibilizados pela Capes relacionados ao conteúdo programático serão disponibilizados no Moodle ou na Página eletrônica do Departamento (item – material didático) e atualizados sempre que necessário.